

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 251 RUBRICA \_\_\_\_\_

# TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo nº 2617/2026**

## Aquisição de cadeiras

(Dispensa de licitação com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14,133/2021)

Saquarema, 03 de junho de 2026.

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 252 RUBRICA \_\_\_\_\_

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO

O presente TERMO DE REFERÊNCIA foi elaborado com o objetivo de oferecer o conjunto de especificações capazes de propiciar a avaliação dos custos envolvidos com a pretensa aquisição, mediante a indicação do conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado à definição do objeto, bem como, as condições e as quantidades estimadas, de modo a orientar o fornecedor e a fiscalização da Procuradoria-Geral do Município, amparado na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

### 2. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de 02 (duas) cadeiras do tipo presidencial e 38 (trinta e oito) cadeiras de escritório operacionais, destinadas à Procuradoria-Geral do Município, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento

### 3. DA JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de substituição de cadeiras atualmente utilizadas pelos servidores da Procuradoria-Geral do Município, as quais se encontram em estado avançado de desgaste, comprometendo a ergonomia, o conforto e a segurança no ambiente de trabalho.

Ressalta-se que a unidade realiza atendimento direto ao público, inclusive a contribuintes idosos, sendo imprescindível a disponibilização de mobiliário adequado e seguro.

Ademais, houve ampliação do quadro de servidores, tornando necessária a aquisição de novos assentos para o adequado desempenho das atividades administrativas e jurídicas desenvolvidas pela unidade.

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 253 RUBRICA \_\_\_\_\_

#### **4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observados os limites legais vigentes, bem como as disposições do Decreto nº 12.807/2025.

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas, conforme o art. 33, inciso I, da Lei de Licitações.

#### **5. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

O objeto desta contratação é considerado bem comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021:

*Art.6º (...)*

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

Trata-se de contratação de natureza não contínua, tendo em vista que o fornecimento dos bens será realizado de forma integral, em entrega única, não havendo necessidade de execução continuada.

#### **6. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E SEU RESPECTIVO MARCADOR DE CONTAGEM**

O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, sem previsão de prorrogação, período suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais e a realização do pagamento.

Por se tratar de fornecimento de bens de forma integral, em entrega única, a vigência contratual não se confunde com o prazo de entrega, estipulado no item 10 deste TR, limitando-se ao tempo necessário para a execução e encerramento das obrigações assumidas.

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 254 RUBRICA \_\_\_\_\_

## 7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A estimativa da demanda foi realizada com base no quantitativo atual de servidores lotados no setor, no ingresso de novos servidores, na reorganização dos postos de trabalho e na necessidade de substituição de cadeiras em condições inadequadas de uso, inclusive aquelas destinadas ao atendimento ao público contribuinte.

Diante disso, estima-se a necessidade de aquisição dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE
Cadeira giratória escritório – Tipo secretária	Base giratória, reclinável, assento com regulagem de altura, confeccionada em tubos de aço, acabamento de polipropileno, protegendo o produto contra ferrugem. braços fixos, material do assento com espuma injetada de alta densidade, revestimento de polipropileno espessura de no mínimo 40 mm. dimensões mínimas do produto: largura (aberto) 57 cm. altura (aberto) 96 cm. profundidade (aberto) 57 cm. cor preta. peso suportado de até 150 kg. quantidade de pés tipo rodízio: 5. garantia mínima de 12 meses.	UN	31
Cadeira giratória escritório – Tipo Presidente Executiva	Base giratória, assento regulável altura; com as especificações mínimas: material: PU SEAT, revestimento couro sintético, estrutura em aço, encosto: ABS, com apoio acolchoado para cabeça e pescoço; cor preto; braços fixos cromados com detalhe em PU cor preta, características mínimas: base ø 60 cm diâmetro; do chão ao assento: 40/55 cm com pistão acionado. do chão para apoio dos braços: 60/72 cm com pistão acionado; profundidade do assento: 50 cm, largura do assento: 50 cm, comprimento do braço 63 cm, altura do encosto: 68 cm. dimensões mínimas do produto: largura 60.00 cm, altura: 115.00 cm, comprimento: 63.00 cm, peso do produto: 17.00 kg. peso suportado de até 200 kg.	UN	02

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 255 RUBRICA \_\_\_\_\_

	quantidade de pés tipo rodízio: 5. garantia mínima de 12 (doze) meses.		
Cadeira de escritório fixa	Cadeira de escritório fixa tipo interlocutor, com estrutura em aço tubular de alta resistência, base com quatro pés fixos e sapatas antiderrapantes, acabamento em pintura eletrostática epóxi na cor preta; assento e encosto em espuma injetada de poliuretano com densidade mínima de 50 kg/m³, com encosto anatômico e suporte lombar; revestimento em tecido poliéster ou couro sintético de alta resistência, na cor preta; dimensões mínimas do assento: largura de 40 cm e profundidade entre 38 cm e 47 cm; altura do assento ao piso entre 42 cm e 50 cm; capacidade mínima de carga de 120 kg; podendo possuir ou não apoios de braço; produto em conformidade com a ABNT NBR 13962 e NR-17; garantia mínima de 12 (doze) meses.	UM	07

O quantitativo apresentado é considerado suficiente para atender à demanda atual, não havendo previsão de acréscimo no curto prazo.

## 8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

I – Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

II – As cadeiras deverão apresentar padrões mínimos de qualidade, conforto e ergonomia, adequados ao uso contínuo em ambiente administrativo;

III – Os produtos deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo segurança e durabilidade;

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 256 RUBRICA \_\_\_\_\_

IV – A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, entrega e, quando necessário, montagem dos bens, sem ônus adicional para a Administração;

V – Os bens deverão ser entregues devidamente acondicionados, de modo a evitar danos durante o transporte;

VI – Os produtos deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme estabelecido neste Termo de Referência;

VII – Deverão ser observados critérios de sustentabilidade, sempre que possível, tais como a utilização de materiais recicláveis ou reciclados, maior durabilidade dos bens e a adequada destinação final de resíduos;

VIII – Não será admitida a subcontratação do objeto, nos termos deste Termo de Referência.

## 9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente deverá acontecer por conta de recursos que estarão livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA vigente da Procuradoria-Geral do Município a qual aparece discriminada a seguir:

PROCURADORIA-GERAL	
Programa de Trabalho	041220010.2.163000
Natureza de Despesa	4.4.90.52.20.00.00
Fonte de Recurso	1501

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 257 RUBRICA \_\_\_\_\_

## 10. VALOR ESTIMADO E REFERÊNCIAS

O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 24.231,14** (vinte e quatro mil, duzentos e trinta e um reais e quatorze centavos), atualizado conforme realizado a pesquisa de preços pelo Departamento de Compras.

### 10.1 – PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS

Os valores estimados têm como data de cálculo o mês de março/2026, usando como referência para as pesquisas o site <https://portal.licitanet.com.br/banco-preco> e [https://www.bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa?IdLogPesquisa=IMp7P50By55\\_i3a3b6h9](https://www.bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa?IdLogPesquisa=IMp7P50By55_i3a3b6h9).

### 10.2 – MEMÓRIAS DE CÁLCULO

A memória de cálculo utilizada para a estimativa do valor da contratação encontra-se detalhada no anexo I deste arquivo, contemplando os quantitativos demandados e os valores médios de mercado obtidos em pesquisa preliminar dos sites acima descritos.

## 11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição de cadeiras de escritório destinadas à Procuradoria-Geral do Município, com o objetivo de proporcionar melhores condições de ergonomia, conforto e funcionalidade aos servidores no desempenho de suas atividades.

A contratação contempla o fornecimento de 31 (trinta e uma) cadeiras de escritório tipo secretária, 2 (duas) cadeiras de escritório tipo presidente e 7 (sete) cadeiras de escritório fixas, selecionadas com base em critérios de qualidade, durabilidade e adequação ao uso contínuo em ambiente administrativo.

A solução abrange o fornecimento integral dos bens, incluindo transporte, entrega e, quando necessário, montagem no local indicado pela Administração, observadas as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 258 RUBRICA \_\_\_\_\_

A adoção da presente solução visa à substituição de mobiliário inadequado e à melhoria das condições de trabalho, contribuindo para o adequado desempenho das atividades institucionais.

## **12. DO PRAZO, HORÁRIO E LOCAL PARA ENTREGA**

Todo o objeto deverá ser fornecido integralmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da efetiva ciência quanto à ordem para entrega do mesmo (emitida pelo Secretário da Pasta), somente será aceito se atender a todas as especificações técnicas estabelecidas no item 6 (seis) do presente Termo de Referência.

O lugar de entrega dos bens, será na Procuradoria-Geral do Município, o qual se qualifica como local adequado para o armazenamento dos bens até que sejam instalados. A Procuradoria-Geral está localizada na Rua Coronel Madureira, nº 77, 2º andar – Centro, Saquarema, CEP 28990-756, Prefeitura Municipal de Saquarema – CNPJ. 32.147.670/0001-21, o horário para entrega deverá ser das 09h às 17h, de segunda a sexta-feira.

## **13. DO RECEBIMENTO**

O recebimento ocorrerá de forma provisória no ato da entrega, para conferência quantitativa, e de forma definitiva após verificação da conformidade com as especificações técnicas, nos termos do art. 140, inciso II. da Lei nº 14.133/2021.

## **14. DA GARANTIA CONTRATUAL**

Não será exigida garantia contratual na presente contratação, por se tratar de fornecimento de bens com entrega única, de baixa complexidade e com pagamento condicionado ao recebimento definitivo.

Nessas condições, entende-se que os riscos para a Administração são reduzidos, não havendo necessidade de exigência de garantia adicional.



PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 259 RUBRICA \_\_\_\_\_

## **15. DA GARANTIA**

Os bens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo.

## **16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

O recebimento do objeto dar-se-á, inicialmente, de forma provisória, no ato da entrega, para fins de verificação quantitativa, e, posteriormente, de forma definitiva, após a verificação da conformidade dos bens com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto, mediante a conferência da nota fiscal e demais documentos exigidos, observadas as condições contratuais.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada por, no mínimo, dois servidores designados pela Administração.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em favor da contratada, em conta corrente por ela indicada.

Em caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente, desde a data do adimplemento das obrigações até a do efetivo pagamento, com base em índice oficial aplicável.

## **17. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

A habilitação é a fase em que se verifica a capacidade do licitante de cumprir o objeto

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 260 RUBRICA \_\_\_\_\_

contratual. Ocorrendo após o julgamento das propostas, seguindo o que se define no art. 62 da Lei 14.133/2021.

*Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:*

*I - jurídica;*

*II - técnica;*

*III - fiscal, social e trabalhista;*

*IV - econômico-financeira.*

As exigências de habilitação observarão, ainda, o disposto no art. 91, §4º, da referida lei, sendo vedada a inclusão de condições que restrinjam indevidamente a competitividade do certame.

Os requisitos acima elencados estão disponíveis no anexo VI do edital de dispensa.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações da Contratante:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto por intermédio de servidor designado como fiscal do contrato, que deverá atestar o recebimento nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

III – Verificar se os produtos entregues estão em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

IV – Notificar a Contratada, por escrito, acerca de quaisquer irregularidades constatadas nos produtos fornecidos, fixando prazo para sua regularização;

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 261 RUBRICA \_\_\_\_\_

V – Recusar o recebimento dos produtos que não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

VI – Empenhar os recursos orçamentários necessários ao cumprimento da contratação;

VII – Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas, após o recebimento definitivo do objeto.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da Contratada:

I – Fornecer os bens conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em sua proposta;

II – Realizar a entrega e montagem dos produtos no prazo máximo estabelecido, mediante emissão de ordem de fornecimento;

III – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos que apresentarem vícios, defeitos ou desconformidade com as especificações exigidas;

IV – Responsabilizar-se por todos os custos relativos ao transporte, entrega, montagem e substituição dos bens, sem qualquer ônus adicional para a Administração;

V – Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas;

VI – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários decorrentes da execução do objeto;

VII – Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo Poder Público;

VIII – Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização e atender prontamente às determinações da Administração;

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 262 RUBRICA \_\_\_\_\_

IX – Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a entrega ou a qualidade dos bens;

X – Conceder garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, conforme previsto neste Termo de Referência;

XI – Aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

## **20. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidor(es) oportunamente designado(s) pelo Procurador-Geral, mediante ato formal, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021, c/c os arts. 7º e 18 a 23 do Decreto Municipal nº 2.722/2024, assegurada a segregação de funções entre os responsáveis pelas etapas de planejamento e execução contratual, após a assinatura do contrato.

Compete ao fiscal do contrato:

I – Acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;

II – Atestar o recebimento provisório e definitivo, após a conferência das quantidades e especificações;

III – Verificar o cumprimento do prazo de entrega;

IV – Notificar a Contratada acerca de eventuais irregularidades constatadas na execução do objeto;

V – Encaminhar à autoridade competente situações que ultrapassem sua atribuição para as providências cabíveis.

Compete ao gestor do contrato:

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 263 RUBRICA \_\_\_\_\_

I – Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização da execução contratual, orientando o(s) fiscal(is) designado(s);

II – Acompanhar a execução do contrato sob os aspectos administrativos, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais;

III – Controlar prazos, vigência contratual e eventuais necessidades de prorrogação;

IV – Analisar solicitações da contratada, inclusive quanto a prorrogação de prazo, substituição de bens e reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível;

V – Emitir o Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações prestadas pelo fiscal do contrato;

VI – Encaminhar à autoridade competente questões que ultrapassem sua atribuição, inclusive para aplicação de sanções administrativas;

VII – Registrar ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato;

VIII – Adotar as providências necessárias ao regular andamento da execução contratual, visando ao atendimento do interesse público.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

A Contratada deverá permitir e facilitar todas as atividades de fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e fornecendo os documentos necessários ao acompanhamento da execução contratual.

## **21. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 264 RUBRICA \_\_\_\_\_

O fornecedor que descumprir as obrigações assumidas ficará sujeito às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Constituem infrações administrativas, entre outras:

- I – Dar causa à inexecução total ou parcial da contratação;
- II – Não manter a proposta, quando convocado;
- III – Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- IV – Comportar-se de modo inidôneo;
- V – Cometer fraude fiscal.

Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A aplicação das penalidades observará processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O pagamento da multa não exime a Contratada da obrigação de reparar integralmente os prejuízos causados à Administração.

## **22. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 265 RUBRICA \_\_\_\_\_

O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas seguintes situações:

- I – O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- II – O atraso injustificado na entrega dos bens;
- III – A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- IV – A decretação de falência ou dissolução da contratada;
- V – Razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração.

### **23. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a HABILITAÇÃO, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

### **24. DA JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

### **25. CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

Não haverá reajuste de preços, considerando que o fornecimento será realizado em parcela única e em prazo inferior a 12 (doze) meses, inexistindo lapso temporal que justifique a aplicação de índice de atualização.

Saquarema, 03 de junho de 2026.

PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 266 RUBRICA \_\_\_\_\_

**Responsável pela elaboração (Integrante  
técnico e requisitante)**

\_\_\_\_\_  
**Marcelle Falangola**  
Assessora de Procedimentos Administrativos  
Mat. 930645-4

**Autoridade Competente**

\_\_\_\_\_  
**Claudius Valerius Malheiros Barcellos**  
Procurador-Geral do Município  
Mat. 209031-8

**ANEXO I**



PROCESSO Nº 2617/2026

FLS. 267 RUBRICA \_\_\_\_\_

Importante ressaltar, que os valores abaixo informados, foram atualizados conforme a pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras, considerando as especificações técnicas dos produtos e a quantidade necessária, para fins de planejamento da contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	Base giratória, reclinável, assento com regulagem de altura, confeccionada em tubos de aço, acabamento de polipropileno, protegendo o produto contra ferrugem. braços fixos, material do assento com espuma injetada de alta densidade, revestimento de polipropileno espessura de no mínimo 40 mm. dimensões mínimas do produto: largura (aberto) 57 cm. altura (aberto) 96 cm. profundidade (aberto) 57 cm. cor preta. peso suportado de até 150 kg. quantidade de pés tipo rodízio: 5. garantia mínima de 12 meses.	UNIDADE	31	R\$ 678,60	R\$ 21.036,60
II	Base giratória, assento regulável altura; com as especificações mínimas: material: PU SEAT, revestimento couro sintético, estrutura em aço, encosto: ABS, com apoio acolchoado para cabeça e pescoço; cor preto; braços fixos cromados com detalhe em PU cor preta, características mínimas: base ø 60 cm diâmetro; do chão ao assento: 40/55 cm com pistão acionado. do chão para apoio dos braços: 60/72 cm com pistão acionado; profundidade do assento: 50 cm, largura do assento: 50 cm, comprimento do braço 63 cm, altura do encosto: 68 cm. dimensões mínimas do produto: largura 60.00 cm, altura: 115.00 cm, comprimento: 63.00 cm, peso do produto: 17.00 kg. peso suportado de até 200 kg. quantidade de pés tipo rodízio: 5. garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	2	R\$ 894,54	R\$ 1.789,08
III	Cadeira de escritório fixa tipo interlocutor, com estrutura em aço tubular de alta resistência, base com quatro pés fixos e sapatas antiderrapantes, acabamento em pintura eletrostática epóxi na cor preta; assento e encosto em espuma injetada de poliuretano com densidade mínima de 50 kg/m³, com encosto anatômico e suporte lombar; revestimento em tecido poliéster ou couro sintético de alta resistência, na cor preta; dimensões mínimas do assento: largura de 40 cm e profundidade entre 38 cm e 47 cm; altura do assento ao piso entre 42 cm e 50 cm; capacidade mínima de carga de 120 kg; podendo possuir ou não apoios de braço; produto em conformidade com a ABNT NBR 13962 e NR-17; garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	7	R\$ 200,78	R\$ 1.405,46